



EMBAIXADA DE ANGOLA
LISBOA-PORTUGAL
SERVIÇOS DE IMPRENSA

RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA

11 de Junho 2021

PR visita infra-estruturas económicas no Bengo

Luanda - O Presidente da República, João Lourenço, visitou, esta quinta-feira, empreendimentos económicos da província do Bengo, depois de dirigir uma reunião com o governo local.

João Lourenço esteve no local onde estão a ser reabilitadas as infra-estruturas integradas da província, tendo, na altura, recebido explicações sobre o andamento das obras. Trata-se de trabalhos de melhoria de passeios, iluminação pública, esgotos, asfaltagem e arruamentos, que estão a decorrer no centro da cidade de Caxito.

Durante a reunião com o governo provincial, a governadora do Bengo, Mara Quiosa, defendeu a descentralização de competências no domínio da fiscalização ambiental, para que o sector possa ter um maior dinamismo e eficiência.

Apesar de reconhecer a prontidão dos órgãos centrais, Mara Quiosa destacou a necessidade da alteração deste quadro. Em resposta, após solicitação de esclarecimentos por parte do Presidente da República, o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, Jomo Fortunato, referiu que isto decorre da Lei, em função da complexidade técnica dos procedimentos, uma vez que muitas vezes não existem recursos locais.

No que toca ao assunto, o Presidente da República referiu-se ao poder do ministro para apresentar uma proposta de alteração da Lei, caso seja necessário. Na ocasião, a governadora Mara Quiosa fez a apresentação da província do Bengo, referindo aspectos relacionados com infra-estruturas, pesca, economia, saúde, comunicação, ambiente, entre outros.

O Presidente João Lourenço, acompanhado por vários ministros, desenvolve, efectua uma visita de trabalho de dois dias à província do Bengo, vizinha de Luanda. (ANGOP)++++

Deputados aprovam norma de registo eleitoral presencial

Luanda - Os deputados angolanos aprovaram, nesta quinta-feira, por unanimidade, a norma sobre o registo eleitoral presencial nas localidades sem acesso aos serviços de Identificação Civil.

A norma em apreço consta no aditamento do artigo 241A (Registo Eleitoral Presencial) do Projecto de Revisão Pontual da Constituição em discussão, na especialidade, na Assembleia Nacional.

O documento refere que (...), "enquanto não estiverem criadas as condições para o acesso universal ao Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional no país, o registo eleitoral pode ser presencial nas localidades sem acesso aos serviços de Identificação Civil".

O deputado João Pinto, do MPLA, exprimiu que a norma, que demonstra claramente a realidade do país, visa garantir uma maior inclusão no sistema de cidadania.

Opinião contrária tem a deputada Mihaela Weba, da UNITA, para quem devia constituir grande preocupação para o país, "pelo facto de, até ao momento, não se conseguir dar cidadania a todos os angolanos, mesmo com a aprovação de uma lei de massificação de registo civil".

Os legisladores aprovaram, também por unanimidade, o capítulo II do Título IV da Constituição referentes aos aditamentos dos artigos 116 A, sobre a Gestão da Função Executiva no Final do Mandato, e 132 A, sobre a substituição do Vice-Presidente da República.

No aditamento do artigo 116 A vem expresso que "no período que decorre entre a campanha eleitoral e a tomada de posse do Presidente da República Eleito, cabe ao Presidente da República em funções a gestão corrente da função executiva, não

podendo praticar actos que condicionem ou vinculem o exercício da actividade governativa por parte do Presidente da República Eleito".

O número dois desse mesmo artigo dá conta que (...), "havendo necessidade e urgência devidamente fundamentada, o Presidente da República em funções pode praticar actos que não sejam mera gestão corrente".

A propósito, o deputado independente David Mendes solicitou a retirada desse número dois do Projecto de Lei de Revisão Constitucional, argumentando que se o Presidente da República em funções à gestão corrente não pode tomar decisões de fundo que podem "amarrar" o seu sucessor.

"Não se pode trazer para a Constituição aquilo que já constituiu uma armadilha para o actual Presidente da República", venceu. Por seu lado, o deputado José Semedo, do MPLA, defende a manutenção da norma, para quem havendo uma urgência e devidamente fundamentada, o Presidente da República em funções pode tomar uma decisão que não seja de mera gestão corrente.

"Imaginemos se durante este período houver uma invasão ao país, o Presidente da República, na qualidade de Comandante em Chefe, pode tomar uma medida de fundo", argumentou.

A propósito, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, disse que o que a norma diz é que quem governa nesse período não toma decisões de fundo, "mas a vida pode nos trazer situações imprevistas, que é necessário tomar decisões de fundo de salvaguarda do interesse público".

"Isso não é para fazer o Presidente da República exercer competências que não sejam suas, mas suas competências constitucionais que ele está limitado de as exercer naquele período, mas se houver uma situação excepcional tem que as exercer para salvaguardar o interesse público", indicou.

Exemplificou que se surgir uma situação de um surto, que é necessário celebrar um contrato para aquisição de vacinas, o

Presidente da República pode tomar uma medida que não seja de gestão corrente. Em relação aos debates em torno do Projecto de Revisão da Constituição, disse que, por ser um assunto de interesse nacional, era expectável que houvesse debates intensos.

"O que podemos constatar é que o espírito essencial da proposta foi captado, estamos a falar de uma Proposta que clarifica aspectos da Constituição que não estavam clarificados, elimina as dificuldades de interpretação que havia sobre o tema da fiscalização do Executivo pelo Parlamento e assegura o exercício de voto aos cidadãos angolanos residentes no exterior", expressou.

Adiantou que a Proposta melhora, também, a estrutura de posicionamento institucional de órgãos como o Banco Nacional de Angola (BNA), que passa a ter um outro estatuto constitucional e uma designação diferente do seu governador.

Segundo o ministro de Estado, foi possível, no exercício desejado de combinação das várias vontades, encontrar o máximo possível de consensos. "No essencial acreditamos sair deste processo com uma melhor Constituição".

A Comissão competente em razão da matéria vai, na próxima terça-feira, aprovar o Projecto final de Revisão da Constituição, para aprovação final global na Reunião Plenária Ordinária do dia 22 deste mês.

A proposta de revisão pontual da Constituição, de iniciativa do Presidente da República, prevê alterar 28 artigos, editar seis artigos e fazer quatro revogações. Trata-se da primeira iniciativa de revisão constitucional, no âmbito da Constituição de 2010, exercida 11 anos após o início da sua vigência. (ANGOP)+++

Angola prorroga suspensão da dívida junto do G20

Luanda - O Governo de Angola solicitou aos seus parceiros soberanos do G20 a paralisação do serviço da dívida bilateral não garantida, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2021, que permite uma poupança de três mil milhões de dólares, até 2023, soube

hoje a ANGOP de fonte do Ministério das Finanças. Em comunicado, o Ministério das Finanças refere que as autoridades angolanas, com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros parceiros multilaterais, continuam a implementar um "ambicioso programa" de reformas macroeconómicas, com ênfase para a gestão da dívida.

O programa, ainda de acordo com o Ministério das Finanças, continua a surtir os efeitos esperados, na medida em que colocaram a dívida pública angolana numa base sustentável, não obstante os impactos provocados pela pandemia da Covid-19.

Relativamente ao âmbito e duração, a extensão do Serviço da Dívida do G20 (DSSI) proporcionará a Angola fundos adicionais para continuar a mitigar as consequências da pandemia da Covid-19 e aumentar a capacidade do Governo de prosseguir com a implementação do seu programa de longo prazo de crescimento económico sustentável para o país.

O Ministério das Finanças manifesta-se confiante com os apoios dos seus parceiros multilaterais, bem como na continuidade da implementação do seu programa de sustentabilidade da dívida que poderá melhorar o potencial económico do país e a vida do povo angolano.

Não obstante, o referido ministério diz que não prevê, neste momento, a necessidade de se envolver em mais negociações de reformulação do perfil com os credores, além daquelas relacionadas com a implementação do DSSI.

A propósito, o Fundo Monetário Internacional avaliou, recentemente, a dívida de Angola como sustentável sem mais reestruturações, augurando que se mantenha sustentável ao longo do médio prazo, então definido.

De acordo com as mais recentes previsões feitas também pelo FMI, Angola deverá recuperar da recessão económica de 4% em 2020, crescendo 3,2% já neste ano de 2021, melhorando também o défice orçamental de 2,8% para um ligeiro desequilíbrio de 0,1% no presente ano.

A dívida pública, que passou de 90%, em 2018, para 120%, no ano passado, deverá também melhorar para 107,5% este ano, ainda assim, muito acima da média de 64% que o FMI espera para as economias da África subsaariana e dos 46,4% que antevê para os países exportadores de petróleo no ano em curso.

O G20 é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia. Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990.

Integram esse grupo os oito países mais ricos e influentes do mundo, o chamado G8 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia) e 11 países emergentes: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México e Turquia.

(ANGOP)++++

MINSA reafirma empenho na redução do impacto do VIH/SIDA

Luanda - A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, reafirmou, na quinta-feira, o empenho do Executivo na redução do impacto da pandemia do Vih/Sida no tecido social angolano.

Conforme a ministra, que intervinha na reunião de alto nível das Nações Unidas sobre o Vih/Sida, em representação do Presidente República, João Lourenço, o governo está empenhado na resposta nacional alinhado às principais estratégias descritas na Declaração Política sobre essa pandemia.

Dados disponíveis apontam para uma taxa de prevalência de dois por cento, como resultado da existência de 350 mil pessoas vivendo com a Sida em Angola. Destes, segundo a rede Angolana de Organizações de Serviços de Sida (Anaso), apenas 93 mil fazem a terapia anti-retroviral.

Sílvia Lutucuta destacou, entre outras acções, a campanha "Nascer Livre para Brilhar" e a implantação do Plano Operacional, sob a liderança da Primeira-Dama da República, Ana Dias Lourenço, que têm como objectivo a redução da transmissão

vertical do Vih em 46 por cento e permitir que as crianças com a doença recebam tratamento. Enfatizou que as autoridades angolanas continuam a trabalhar em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e os demais compromissos e estratégias internacionais nessa matéria.

Nos últimos cinco anos, realçou, o governo expandiu o número de unidades de saúde com serviços de diagnóstico do Vih, tratamento e de prevenção da transmissão de mãe para filho, incluindo mulheres grávidas.

Sem avançar valores, a dirigente disse ter sido alocado um volume maior de recursos financeiros nacionais, tornando o governo responsável por mais de 70 por cento do financiamento da resposta ao Vih.

A reunião de alto nível das Nações Unidas sobre o Vih/Sida decorreu de 8 a 10, na sede da organização, em Nova Iorque, e teve como foco abordagens sobre os recursos e financiamento para uma resposta eficaz contra o Vih/Sida.

A promoção da igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas, o impacto da pandemia da Covid-19 na resposta ao Vih/Sida, entre outros temas, também foram analisados. (ANGOP)+++

Deputados aprovam norma de registo eleitoral presencial

Luanda - Os deputados angolanos aprovaram, nesta quinta-feira, por unanimidade, a norma sobre o registo eleitoral presencial nas localidades sem acesso aos serviços de Identificação Civil.

A norma em apreço consta no aditamento do artigo 241A (Registo Eleitoral Presencial) do Projecto de Revisão Pontual da Constituição em discussão, na especialidade, na Assembleia Nacional.

O documento refere que (...), "enquanto não estiverem criadas as condições para o acesso universal ao Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional no país, o registo eleitoral pode ser presencial nas localidades sem acesso aos serviços de

Identificação Civil". O deputado João Pinto, do MPLA, exprimiu que a norma, que demonstra claramente a realidade do país, visa garantir uma maior inclusão no sistema de cidadania.

Opinião contrária tem a deputada Mihaela Weba, da UNITA, para quem devia constituir grande preocupação para o país, "pelo facto de, até ao momento, não se conseguir dar cidadania a todos os angolanos, mesmo com a aprovação de uma lei de massificação de registo civil".

Os legisladores aprovaram, também por unanimidade, o capítulo II do Título IV da Constituição referentes aos aditamentos dos artigos 116 A, sobre a Gestão da Função Executiva no Final do Mandato, e 132 A, sobre a substituição do Vice-Presidente da República.

No aditamento do artigo 116 A vem expresso que "no período que decorre entre a campanha eleitoral e a tomada de posse do Presidente da República Eleito, cabe ao Presidente da República em funções a gestão corrente da função executiva, não podendo praticar actos que condicionem ou vinculem o exercício da actividade governativa por parte do Presidente da República Eleito".

O número dois desse mesmo artigo dá conta que (...), "havendo necessidade e urgência devidamente fundamentada, o Presidente da República em funções pode praticar actos que não sejam mera gestão corrente".

A propósito, o deputado independente David Mendes solicitou a retirada desse número dois do Projecto de Lei de Revisão Constitucional, argumentando que se o Presidente da República em funções à gestão corrente não pode tomar decisões de fundo que podem "amarrar" o seu sucessor.

"Não se pode trazer para a Constituição aquilo que já constituiu uma armadilha para o actual Presidente da República", venceu. Por seu lado, o deputado José Semedo, do MPLA, defende a manutenção da norma, para quem havendo uma urgência e devidamente fundamentada, o Presidente da República em funções pode tomar uma decisão que não seja de mera gestão

corrente. "Imaginemos se durante este período houver uma invasão ao país, o Presidente da República, na qualidade de Comandante em Chefe, pode tomar uma medida de fundo", argumentou.

A propósito, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, disse que o que a norma diz é que quem governa nesse período não toma decisões de fundo, "mas a vida pode nos trazer situações imprevistas, que é necessário tomar decisões de fundo de salvaguarda do interesse público".

"Isso não é para fazer o Presidente da República exercer competências que não sejam suas, mas suas competências constitucionais que ele está limitado de as exercer naquele período, mas se houver uma situação excepcional tem que as exercer para salvaguardar o interesse público", indicou.

Exemplificou que se surgir uma situação de um surto, que é necessário celebrar um contrato para aquisição de vacinas, o Presidente da República pode tomar uma medida que não seja de gestão corrente.

Em relação aos debates em torno do Projecto de Revisão da Constituição, disse que, por ser um assunto de interesse nacional, era expectável que houvesse debates intensos.

"O que podemos constatar é que o espírito essencial da proposta foi captado, estamos a falar de uma Proposta que clarifica aspectos da Constituição que não estavam clarificados, elimina as dificuldades de interpretação que havia sobre o tema da fiscalização do Executivo pelo Parlamento e assegura o exercício de voto aos cidadãos angolanos residentes no exterior", expressou.

Adiantou que a Proposta melhora, também, a estrutura de posicionamento institucional de órgãos como o Banco Nacional de Angola (BNA), que passa a ter um outro estatuto constitucional e uma designação diferente do seu governador.

Segundo o ministro de Estado, foi possível, no exercício desejado de combinação das várias vontades, encontrar o máximo

possível de consensos. "No essencial acreditamos sair deste processo com uma melhor Constituição". A Comissão competente em razão da matéria vai, na próxima terça-feira, aprovar o Projecto final de Revisão da Constituição, para aprovação final global na Reunião Plenária Ordinária do dia 22 deste mês.

A proposta de revisão pontual da Constituição, de iniciativa do Presidente da República, prevê alterar 28 artigos, editar seis artigos e fazer quatro revogações. Trata-se da primeira iniciativa de revisão constitucional, no âmbito da Constituição de 2010, exercida 11 anos após o início da sua vigência. (ANGOP)+++

JORNAL DE ANGOLA

On Line

SEXTA-FEIRA, 11 DE JUNHO 2021

Presidente orienta reunião do Conselho de Governação Local no Bengo

O Presidente da República, João Lourenço, orienta, neste momento, na cidade de Caxito, província do Bengo, a reunião do Conselho de Governação Local.

O Conselho de Governação Local é um órgão auxiliar e colegial do Titular do Poder Executivo na formulação e acompanhamento da execução das políticas de governação da Administração local do Estado.

Reúne-se duas vezes ao ano, sob direcção do Presidente da República. Fazem parte dele o Vice-Presidente da República, os ministros de Estado, titulares de departamentos ministeriais, os governadores provinciais e outras entidades.

O Chefe de Estado está a desde esta quinta-feira (10), a trabalhar na província do Bengo, onde as principais obras de infra-estrutura integradas, bem como fazendas agrícolas. Ainda ontem, João Lourenço manteve encontros com a classe empresarial e autoridades tradicionais da província do Bengo.
(JA)++++

Lei de multas sobre crimes ambientais deve ser alterada

O Presidente da República, João Lourenço, instruiu, ontem, em Caxito, o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, Jomo Fortunato, a propor a alteração da lei que estabelece as multas sobre os crimes ambientais, que actualmente são da competência das estruturas centrais.

João Lourenço reagiu à preocupação apresentada pela governadora da província do Bengo, Mara Quiosa, quando detalhava, na sede do governo, o memorando sobre a situação política, social e económica da província.

A governadora disse que há localmente uma equipa de fiscalização considerada "nacional" sobre os crimes ambientais, embora no momento da aplicação da multa tenha de pedir apoio ao Ministério de tutela, frisou Mara Quiosa.

O Presidente da República pediu explicações ao ministro da Cultura, Turismo e Ambiente sobre a centralização no processo de aplicação de multas sobre crimes ambientais, tendo Jomo Fortunato atribuído a culpa à lei em vigor, que, entretanto, deverá ser actualizada, porque já não responde ao processo de descentralização em curso no país.

"Se é preciso mudar a lei, tenha a iniciativa de o fazer. Não podemos, simplesmente, constatar que a lei é assim e ponto final. Que está errada está errada", disse, na ocasião, o Presidente da República.

Obras integradas de Caxito

O Presidente da República seguiu, depois, para a Fazenda Novagrolíder, localizada em Caxito, onde efectuou uma visita guiada. Outro ponto visitado pelo Presidente da República foram as Obras Infra-Estruturadas Integradas de Caxito, que está a

revolucionar a imagem da cidade. O projecto visa a melhoria do nível das infra-estruturas em Caxito, fornecendo um sistema completo e integrado de serviços infra-estruturados.

João Lourenço, que se faz acompanhar da Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço, recebeu breves esclarecimentos sobre o projecto. O Chefe de Estado, que se faz acompanhar de vários ministros, conclui hoje a visita à província do Bengo. (JA)+++

Angola recebeu mais de dois milhões de doses de vacinas

Angola recebeu, até à presente data, dois milhões e 172 mil doses da vacina contra a Covid-19, no âmbito da iniciativa COVAX, indica um comunicado de imprensa da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Ministério da Saúde anunciou ter alcançado o marco de mais de um milhão de doses de vacinas administradas à população, após ter recebido inicialmente, no dia 2 de Março do corrente ano, 624.000 mil doses da vacina AstraZeneca-Oxford do Instituto SÉRUM da Índia, no âmbito da iniciativa COVAX, e posteriormente, a 29 de Abril de 2021, 495.000 mil doses adicionais.

A representante da OMS em Angola, Djamila Cabral, considerou "positivos" os resultados alcançados com a campanha de vacinação contra a Covid-19, que traduzem o engajamento das autoridades e os esforços conjuntos de toda a sociedade no combate à pandemia.

"Felicitemos Angola pelo forte engajamento e determinação demonstrados desde o processo de elaboração atempada do plano de vacinação, a regulamentação, entre outros, o que resultou na resposta positiva da Covax e a aquisição atempada de vacinas para a protecção da sua população", disse, acrescentando que "a OMS regozija-se de poder estar ao lado do Governo de Angola e das populações, nesta empreitada para proteger a saúde de todos e salvar vidas".

Para garantir o acesso seguro e equitativo às vacinas da Covid-19, bem como o sucesso da campanha de vacinação, as

autoridades sanitárias angolanas desenvolveram, com o apoio dos seus parceiros, nomeadamente a OMS, o UNICEF e Gavi, um Plano Nacional de Vacinação e distribuição da vacina, incluindo a priorização dos grupos alvo, que permitiu o reforço das infra-estruturas para a vacinação e a cadeia de frio, a formação de vacinadores, a gestão contínua da desinformação, a criação de um sistema de registo electrónico da vacinação, assim como a criação de centros de vacinação de alto rendimento.

Para o Representante do UNICEF em Angola, Ivan Yerovi, este é um marco digno de destaque e um testemunho do trabalho árduo e do compromisso dos trabalhadores da saúde, funcionários do Governo e de todos os envolvidos na campanha.

"Não podemos descansar até que a família mais vulnerável de Angola esteja segura. Estamos todos juntos no apoio a esta campanha mundial de vacinação sem precedentes. O UNICEF fará tudo o que estiver ao seu alcance no sentido de continuar a apoiar o Governo de Angola nos seus esforços de vacinar toda a população".

Em Angola, actualmente, cerca de 30 mil doses de vacinas são administradas diariamente, na expectativa de alcançar a meta de pelo menos 20 por cento da população estar imunizada, até ao final do ano.

Entretanto, o desafio da escassez e da desigualdade do acesso às vacinas contra a Covid-19, poderão comprometer as aspirações das autoridades sanitárias e do povo angolano. A OMS, UNICEF e outros parceiros da Covax, renovam o apelo à comunidade internacional para acelerar a partilha das vacinas existentes e a promoção da produção das mesmas em todo o mundo.

Mecanismo Covax

O mecanismo Covax é coliderada pela Gavi (Aliança Global para a Vacina e Imunização), OMS (Organização Mundial de Saúde) e CEPI (Coalition for Epidemic Preparedness Innovations), que trabalha em parceria com o UNICEF, bem como o Banco Mundial, organizações da sociedade civil, fabricantes e

outros. Covax faz parte do Acelerador de Acesso às Ferramentas da Covid-19 (ACT- Accelerator), uma colaboração global inovadora para acelerar o desenvolvimento, produção e acesso equitativo aos meios de diagnóstico, tratamentos e vacinas contra a Covid-19. (9.9)++++

FMI desembolsa mais 772 milhões de dólares a Angola

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, na noite de quarta-feira (9), o desembolso imediato de 772 milhões de dólares do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, sigla inglesa) a Angola, elevando para 3 900 milhões o total já entregue às autoridades.

A decisão deu-se na quinta revisão do programa adoptado entre o Governo e a instituição financeira internacional pelo valor inicial 3 700 milhões de dólares, em Dezembro de 2018, mas aumentado em outros 765 milhões de dólares em Setembro último, para apoiar as autoridades a mitigarem o impacto económico da Covid-19.

Com a decisão, o FMI emitiu uma declaração a afirmar que os efeitos da pandemia continuam a ser sentidos, mas as autoridades angolanas "apoiaram a recuperação através de políticas sólidas que têm como objectivo estabilizar a economia, criar oportunidades para o crescimento inclusivo e proteger os mais vulneráveis da sociedade angolana".

"O ajustamento fiscal decorrente, face ao impacto da pandemia, está reforçar a sustentabilidade da dívida, permitindo um aumento nos gastos sociais e de saúde", prossegue a declaração, onde o aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais é considerada uma evolução que ajuda os planos do Governo.

Na avaliação que faz do desempenho da economia angolana, o FMI adianta que as autoridades têm adoptado uma posição mais restritiva de política monetária tendo em conta a "persistente" alta inflação.

A vice-directora executiva do FMI, Antoinette Sayeh, notou, numa declaração, que as autoridades angolanas continuam a "fortalecer as finanças públicas e dinâmicas de dívida, alcançando um forte ajustamento fiscal em 2020 e estão no caminho de conseguir o mesmo em 2021 com aumento de gastos sociais e de saúde".

Organização saúda políticas "sólidas" governamentais que permitem sustentabilidade da dívida e elogiam poupança de maior parte de rendimentos extraordinários do petróleo.

Esta é a penúltima revisão do programa instituído pelo período de três anos (com conclusão prevista para Dezembro próximo), para conceder assistência no domínio da sustentabilidade fiscal, redução da inflação e promoção de um regime cambial mais flexível.

O programa também incide sobre medidas tendentes à estabilidade do sector financeiro, promoção do desenvolvimento humano, reforma do sector público, diversificação e crescimento inclusivo. (J.A)++++

INAPEM propõe crédito adaptado ao mercado

A administradora do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) Joffrana Xavier exortou, ontem, em Luanda, as administrações dos bancos comerciais a explorarem formas de financiamento diferentes das dos créditos tradicionais, para estimular o crescimento da economia por via do aumento do consumo de bens e serviços.

Joffrana Xavier falava no final do "Fórum sobre Crédito Bancário: outras Formas de Financiamento", organizado pelo Instituto Nacional de Inovação de Tecnologias Industriais (INITI), um encontro que juntou representantes de instituições bancárias e economistas para analisar as razões que levam a banca a restringir a concessão de crédito ao sector da economia real.

A administradora reconhece o papel fundamental dos bancos comerciais na materialização dos programas adoptados pelo Ministério da Economia e Planeamento, no quadro das medidas de alívio do impacto negativo dos efeitos provocados pela pandemia da Covid-19 como o Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e outros, apesar da apreensão gerada devido à incerteza quanto às garantias de reembolso da parte dos devedores.

"Os financiamentos não devem ficar restringidos à concessão do crédito puro, uma vez que os bancos dispõem de diferentes formas para financiar as pessoas que procuram pelos seus serviços, tais como o leasing e outros mecanismos que permitem que possam obter bens económicos com maior facilidade, incluindo a compra de viaturas e outros serviços", afirmou.

Joffrana Xavier garantiu a disponibilidade do INAPEM para manter o seu papel de facilitador da concessão de crédito ao sector produtivo, principalmente depois de criado um processo de averiguação dos requisitos e assistência aos devedores denominado "Funil do Crédito", dada a complexidade que envolve o financiamento de projectos.

Recuperação de microcrédito

A concessão de microcrédito regista, actualmente, uma taxa de risco de 13 por cento, com 94 por cento de taxa de recuperação, segundo dados apresentados pelo director de Marketing do Kixicredito, Hélder Catumbela.

O responsável considera estes indicadores "positivos", apesar da diferença expressiva em comparação ao ano 2017, quando a taxa de risco era de apenas três por cento, sobretudo, devido à prevalência de um ambiente económico mais favorável do que o actual contexto.

Detentor de uma licença desde 2008, a instituição já desembolsou acima de 600 milhões de dólares, beneficiando cerca de 60 mil clientes por intermédio dos pacotes da carteira de negócios, na qual se destacam o Kixenegócio, Kixempresa, Kixivalor e Kixiagronegócio.

O kixinegócio disponibiliza microcrédito com valores situados entre os 200 mil e os sete milhões de kwanzas, com maturidades que vão dos 12 aos 18 meses, ao passo que o Kixempresas conta com financiamento mínimo de três milhões de kwanzas, tendo um limite máximo de sete milhões. (J.A)++++

Preço do barril de petróleo fecha a 72 dólares

Os preços do petróleo Brent, de referência para as exportações angolanas, atingiram, nesta quinta-feira (10), o nível mais alto em mais de dois anos, ao fechar a sessão em 72,52 dólares o barril, uma subida de 0,4 por cento

Os preços já são quase o dobro do valor estabelecido como referência para o Orçamento Geral do Estado para este ano, que é de 39 dólares, o barril. O preço desta quarta-feira é o mais alto desde Janeiro de 2020.

Nos últimos sete meses, os preços do petróleo dobraram. Em Novembro de 2020, o barril chegou a valer 36 dólares acima dos 19 dólares registados em Abril do mesmo ano. A sequência de quedas diárias dos preços iniciou em Janeiro, quando o barril estava cotado em 71 dólares e, em pouco mais três meses caiu para metade.

Na sessão desta quinta-feira, o petróleo bruto US West Texas Intermediate (WTI) subiu 33 centavos, ou 0,5 por cento, e fechou em 70,29 dólares. Especialistas justificam a subida com o optimismo para a forte procura económica, depois que as novas reivindicações de desemprego nos EUA caíram para o nível mais baixo desde a primeira onda da Covid-19 no ano passado. (J.A)++++